



Plurilinguismo em cena: processos de institucionalização e de legitimação de línguas indígenas

Angela Corrêa Ferreira BAALBAKI

Professora Adjunta do Instituto de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutora em Letras pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

Thiago de Souza ANDRADE

Graduando em Letras (curso Francês-Português) pelo Instituto de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).
Bolsista de Estágio Interno Complementar pelo CETREINA/UERJ.

Introdução

Em relação à realidade de línguas no Brasil, deparamo—nos com “cena de múltiplos falares” (SOUZA e RIBEIRO, 2007), em que são faladas aproximadamente 230 línguas diferentes por cerca de 2 milhões de brasileiros que não têm o Português como língua materna. Cerca de 180 línguas são autóctones (SEKI, 1999), como o Guarani, o Ticuna, o Terena, o Kaingang, e cerca de 30 são alóctones, isto é, de imigração, como o Pomerano, o Vestfaliano, o Hunsrückisch, o Talian, às quais se somam ainda a Língua de Sinais Brasileira (Libras), as línguas de fronteira e as práticas linguísticas ligadas às línguas africanas. Podemos afirmar, portanto, que são essas línguas que circulam no espaço de enunciação nacional (GUIMARÃES, 2004).

Sublinhamos que essas línguas, consideradas minoritárias, encontram—se em constante tensão entre si e, principalmente, com a língua majoritária, a Língua Portuguesa. Em relação às línguas indígenas, observamos algumas ações legais e institucionais (Constituição de 1988; LDB de 1996; Referencial Curricular Nacional para Escolas indígenas de 1998, entre outros) realizadas em consonância com a ampliação do debate sobre os direitos linguísticos, que intentam manter, desenvolver e revitalizar línguas indígenas. Uma dessas ações estaria ligada, especialmente, à possibilidade de legalização, ou melhor, a cooficialização das línguas indígenas, formalizando e promovendo a circulação de outros saberes linguísticos em deter-





minadas regiões¹. Destacamos que os esforços na área de política de línguas indígenas também se configuram nos ambientes acadêmicos, cuja circulação de saberes e de experiências podem consolidar diálogos acerca de investigações na área de Linguística Indígena e de suas políticas de difusão.

De forma a pensar a discursividade sobre línguas indígenas em espaços enunciativos diversos, buscamos analisar os processos de institucionalização e de legalização de algumas dessas línguas. Este artigo também visa a contribuir com a difusão de saberes sobre as línguas indígenas dentro do campo das Histórias das Ideias Linguísticas, em confluência com a Análise do Discurso de linha francesa.

Gramatização de línguas indígenas e a institucionalização de seus estudos

Segundo Darcy Ribeiro (1995), durante a chegada da esquadra de Cabral no século XVI, havia uma estimativa de 5.000.000 habitantes – indígenas. Estes falavam cerca de 1.273 línguas (RODRIGUES, 1993). Nesse primeiro momento, cria-se, então, uma primeira tensão entre as línguas – o português falado pelos colonizadores, e as diversas línguas que aqui eram faladas. Pode-se dizer que o tratamento consagrado às línguas indígenas inicia-se durante o período colonial, com a questão da catequização dos povos indígenas – como uma estratégia para disciplinar o indígena e sua língua. Durante os três primeiros séculos após o descobrimento, algumas línguas indígenas foram tratadas e retratadas por missionários europeus em sistematizações gramaticais. Nessa dinâmica, destacam-se as obras do Padre José de Anchieta (1595) e do Padre Luis Figueira (1687) – dando início a um processo de gramatização dessas línguas.

Ao falar de processos de gramatização, em primeiro lugar, faz-se necessário esclarecer, dentro do quadro teórico da História das Ideias Linguísticas, o que se compreende por esse conceito. Auroux (1992) o define como “o processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário” (AUROUX, 1992, p. 65). O marco histórico, segundo Auroux, do processo de gramatização das línguas europeias deu-se no Renascimento. Houve uma imensa

¹ Oliveira (2015) acrescenta que as línguas indígenas no Brasil “constituem línguas de territórios específicos, como as terras indígenas demarcadas pela União ou ainda o território de municípios onde os falantes destas línguas constituem maiorias ou grandes minorias” (p. 24).





transformação na relação das línguas, ou melhor, uma revolução tecnológica que operou tanto uma produção maciça de línguas neolatinas quanto a descrição das línguas no novo mundo (MARIANI, 2004).

O processo de gramatização, conforme Auroux (1992), surge com o aparecimento da escrita, considerada o primeiro saber metalinguístico de uma língua, e culmina com a elaboração de dicionários e de gramáticas. São esses instrumentos que tornam uma língua gramatizada, ou seja, quando podemos escrevê-la, lê-la, ensiná-la e aprendê-la – em um sentido suficientemente restrito, com a “ajuda apenas dos instrumentos linguísticos disponíveis” (AUROUX, 1992, p.74). É possível afirmar que a produção desses instrumentos também afeta o funcionamento das línguas. Trata-se de um aspecto contínuo que constrói um imaginário sobre a(s) língua(s) na exigência de produção ininterrupta de instrumentos linguísticos, ou melhor, a instrumentação produz a ilusão de que a(s) língua(s) pode(m) ser controlada(s) e dominada(s). Em uma perspectiva discursiva, a análise desses instrumentos deve apontar de que forma são produzidos em suas relações com a(s) língua(s) e com o conhecimento sobre a(s) língua(s).

No Brasil, a produção gramatical iniciou-se ainda no período colonial, tendo como objeto as línguas indígenas (MARIANI, 2004; GUIMARÃES, 2004). Essa produção de instrumentos linguísticos, principalmente de gramáticas de línguas indígenas (domesticadas pela gramática latina), tinha como intento promover a evangelização dos índios². Destacamos, no processo de produção de instrumentos linguísticos, a posição do *língua* que, segundo Dias (1996), “era o nome dado à pessoa que servia como intérprete nas relações entre o europeu e o índio” (p.9). Para o autor,

A chegada dos jesuítas na metade daquele século veio imprimir à figura do **língua** um desempenho de outra ordem. Os jesuítas, imbuídos pela tarefa de combaterem a Reforma, tinham interesse em conquistar os índios para a Igreja. E usar da persuasão era a tática recomendada pelos pensadores da ordem jesuítica. Aprender a *língua* do colonizado seria uma decorrência dessa tarefa. Aos poucos foram os jesuítas trazendo a si próprios o papel do *língua*, um papel agora renovado pelo interesse em conquistar os índios para a religião cristã. Além disso, a penetração no mundo cultural dos indígenas através da língua fornecia aos jesuítas a oportunidade de agir em proveito do seu grupo sem a intermediação dos representantes da Coroa Portuguesa no Brasil. (DIAS, 1996, p. 9–10 – grifos do autor)

2 A denominação “índio”, ou a “invenção do índio”, está inserida nos “discursos estabilizados sobre os índios na América” (NEVES, 2009, p. 348); diga-se uma denominação que não considera como as diferentes etnias se autotreferenciam(vam).





Voltando à questão da produção dos instrumentos linguísticos, a primeira gramática produzida foi a “*Arte de Gramática da Língua mais usada na costa do Brasil*”, obra escrita por José de Anchieta, padre da Companhia de Jesus, e publicada em 1595. Essa obra pode configurar um caso de exogramatização (AUROUX, 1992), ou seja, uma transferência de tecnologia do português para as línguas indígenas, feita pelos europeus (e não pelos indígenas) – na qual foram gramatizados vernáculos sem escrita. Nesse período, a língua portuguesa convivia com as línguas indígenas e com outras línguas europeias, sobretudo, o holandês. Mariani (2004) lembra—nos de que

A descrição gramatical da língua tupi – também chamada brasílica ou, ainda, de língua geral, denominação que posteriormente recebe – feita pelo Padre José de Anchieta, no final do século XVI, é herdeira tanto da necessidade de evangelização quanto desta nova tradição tecnológica que circula ao pensamento europeu. A gramatização do tupi, que proporcionou seu ensino e sua escrita, permitiu um avanço na evangelização. Mas, paradoxalmente, o crescente uso dessa língua, somando ao início de uma produção escrita não controlada pelo poder real, tornou—se um elemento inibidor da colonização nos moldes pretendidos por Portugal (MARIANI, 2004, p. 23).

E em que medida seria um elemento inibidor? Com os processos de gramatização do Tupi, cada vez mais se falava a língua Geral em detrimento da língua da Coroa, isto é, a Língua Portuguesa. Embora seja possível observar, nesse período, um “gesto de inclusão do índio e de sua língua no modelo de catequese adotado pelos jesuítas” (SOUZA e RIBEIRO, 2007, p. 125), podemos afirmar que a política destinada aos indígenas (e às suas línguas) pelos jesuítas era a modificação da identidade sociocultural – uma estratégia de disciplinarização dos indígenas e de suas línguas (ORLANDI, 1990). Isso implicou perda de identidade cultural, religiosa e linguística, passando à construção de um pertencimento imaginário para um grupo considerado uno e coeso pretensamente. Leite (2007) afirma que todas essas práticas feitas durante o período das missões tinham o objetivo simples de manter a unidade do território conquistado.

Foi também durante o período colonial do Brasil que surgiram os primeiros indícios da circulação de línguas gerais no Brasil. Sua formação é centrada na base indígena (Tupi) agregada a valores do latim. Essas línguas teriam seu “centro de disseminação” em São Paulo (língua geral paulista – simplificada por LGP) e na Amazônia (Nheengatu). Vale destacar que não há padronização do nome pelo qual é designada uma mesma língua indígena no processo de fixação e de repre-





sentação das línguas indígenas no território nacional³: por diversas vezes, a LGP aparece como Tupinambá, Tupi ou língua brasílica.

Adotamos, neste artigo, a proposta de Rodrigues (1996), que considera as línguas gerais resultantes do processo da colonização. Dessa forma, em nossa perspectiva teórica, podemos falar de um efeito de transferência dessa língua gramatizada (e domesticada) com base na gramática latina, que passa a circular em diferentes espaços de enunciação (GUIMARÃES, 2004) – o que acarreta a transformação do modo como a língua é “produzida” no interior das missões, nas expedições dos bandeirantes etc.

Durante os séculos XVI e XVII, observamos a produção de relatos de missionários e de viajantes. Nesse período, “o discurso é sobre a cultura, os costumes, a religião, que ocupa a frente da cena da cientificidade” (ORLANDI, 1994, p. 49), objetivando gramatizar as línguas indígenas por meio do latim. De acordo com Nunes (1994), os relatos de viajantes e de missionários do século XVI podem ser vistos como crônicas, dentro de uma tradição mais literária, mas também podem ser vistos como um saber científico (ver Orlandi, 1990). Atualmente, eles são considerados, de um lado, como exemplares dos começos da literatura brasileira; de outro, como fontes para os estudos históricos, etnográficos e linguísticos. Na conjuntura da colonização, eles circulavam na Europa, em geral, como um novo tipo de saber proporcionado aos leitores. Em meio as publicações crescentes desde o desenvolvimento das técnicas de imprensa no século XV, esse saber vinha propagar as notícias sobre viagens, as descobertas, as terras e os costumes estranhos. (NUNES, 1994, p. 46).

O quadro de gramatização das línguas indígenas disciplinadas pelo latim se modifica com a expulsão dos jesuítas no século XVIII. Com a proibição da utilização da língua geral promovida pelo Diretório dos Índios (1755), ocorreu a institucionalização oficial da Língua Portuguesa no Brasil, e, em consequência, o foco da gramatização recaiu sobre essa língua – pontuando diferenças nos processos sofridos em Portugal e no Brasil. Em outros termos, o processo de gramatização passou a ser produzido a partir de outras configurações: a construção histórica de um monolinguismo reinante da língua nacional/oficial (Língua Portuguesa), apagando, silenciando as demais línguas. Em consequência, criou-se um hiato na produção de instrumentos linguísticos – gramáticas e dicionários das línguas indígenas –, situação que só foi retomada com a institucionalização da linguística como uma disciplina obrigatória nos cursos de Letras.

3 A não-nomeação (Anchieta, 1595) e a “plurinomeação” (SEKI, 1990; BORGES, 2001; RODRIGUES, 1998) produzem efeitos de sentido diversos, que indicam relações polêmicas no modo de distribuição do campo de pesquisa.





Houve, no século XIX, segundo Orlandi (1994), a passagem da narração para a descrição – fato que não aponta apenas para um deslocamento de tipologia textual, mas da própria relação da história com a ciência. Os relatos ressurgem com outra forma: exaustivas e minuciosas descrições e classificações registradas em diários de campo. Os textos produzidos pelos naturalistas indicam um interesse em coletar dados e em produzir narrativas sobre a natureza, não somente sobre a flora, sobre a fauna, mas também sobre seus habitantes (os indígenas) e sobre as línguas deles – produzindo, ao mesmo tempo, um efeito de precisão, de objetividade, de verdade científica e uma ilusão de estabilidade do referente no campo científico. A autora complementa: “no imaginário científico naturalista também o prenúncio da extinção está presente: o fim inevitável do homem primitivo” (ORLANDI, 1994, p. 54).

Sobre o grupo dos viajantes, Leite (2007) afirma que não havia um interesse propriamente linguístico nessas pesquisas, e, sim, expedições para estudos de fauna, de flora, de solos, de relevo, dentre outros processos naturais. Os pesquisadores alemães Carl Friedrich Phil von Martius, Karl von den Steinen, Theodor Koch Grünberg, Paul Ehrenreich e Curt Unkel destacam-se nesse período. A partir de seus estudos, os pesquisadores acabavam entrando em contato com as tribos locais e, mesmo sem formação técnica linguística, realizavam descrições simples da língua, listas de palavras e excertos gramaticais. Do ponto de vista discursivo, essas descrições simples apontam para o modo como o discurso naturalista conferia um determinado lugar à língua: tanto a unidade quanto a variedade eram consideradas patrimônios do mundo científico, espécies da natureza. Interessava, desse modo, classificar, categorizar e catalogar a diversidade linguística, apagando a constituição histórica dessas línguas.

Certamente, o arquivo documental produzido pelos naturalistas tem relevância no que compete à historicidade do modo de pesquisar e de registrar essas línguas. Esses trabalhos estabelecem uma forma de documentar estudos já realizados, além de possibilitar a efetivação de comparações com a atualidade. Segundo Seki (1999), o material produzido nessa época acabou servindo de base para o início da classificação das línguas indígenas e, em alguns casos, representam a única forma documentada de línguas já extintas. Além disso, teria sido, a partir desses estudos de ciências naturais, que começa o interesse pelas línguas distintas do Tupi. Contudo, devemos sublinhar que o traço naturalista de coleta e de classificação de dados das línguas indígenas continua a produzir certos sentidos no campo da Linguística Indígena – como veremos mais adiante.





Prosseguindo esse passeio na narrativa histórica, o século XIX e as primeiras décadas do século XX são marcados pelo início dos procedimentos das descrições. Camara Jr. (*apud* LEITE, 2007) afirma que esse período pode ser dividido em dois movimentos. Em um primeiro momento, que fora denominado de Filologia Tupi, os estudiosos montaram análises dos dados adquiridos no período das missões durante a colonização brasileira. Vale ressaltar, também, que essas contribuições ainda estão voltadas para a língua Tupi. Deste grupo incluem-se pesquisadores como Batista Caetano, Rodolfo Garcia, Plínio Ayrosa, Paula Martins, Lemos Barbosa, Edelweiss, entre outros. O segundo movimento estaria relacionado aos estudos focados em contatos com as línguas (e com as tribos).

Uma guinada em relação às pesquisas de línguas indígenas ocorre na segunda metade do século XX, quando se observa certa atenção por parte dos linguistas brasileiros na descrição dessas línguas, além de estabelecer convênios com o SIL (Summer Institute of Linguistics), atualmente conhecido como International Institute of Linguistics. Souza (2010) precisa que, em 1959, foi oficializado um convênio entre o SIL e o Museu Nacional, após diversas tentativas, sem sucesso, de um acordo com o governo brasileiro. A principal tarefa destinada à instituição norte americana seria o trato às línguas indígenas brasileiras. Em suma, eles teriam que realizar uma série de documentação dessas línguas na intenção da preservação e “salvamento” das mesmas. Outro objetivo seria a contribuição na formação de linguistas brasileiros, uma vez que dentro da nossa academia, naquele período, não se contemplavam estudos voltados a descrições de línguas indígenas.

No que diz respeito ao primeiro planejamento, o SIL contribuiu, em partes, com a documentação das línguas indígenas. Entretanto, é possível identificar em tais propostas como ainda são reverberadas e (re)significadas as ações realizadas no período colonial. Por se valer também de objetivos e de valores religiosos, essa instituição acabou trocando a descrição linguística pela “salvação da alma”. Leite (2007) alega que o principal objetivo era traduzir para a língua dos índios a Bíblia Sagrada, para substituir seus mitos, suas culturas, seus costumes e suas concepções do mundo. Nessa situação, parece-nos que os documentos coletados pelo SIL não circularam na academia brasileira, e os seus linguistas-missionários (ou seriam missionários-linguistas?) não deixaram espaço para que os linguistas brasileiros pudessem atuar juntamente a eles. Consequentemente, a segunda tarefa atribuída ao SIL não vingou, isto é, não houve a integração idealizada nem se priorizou a formação de linguistas brasileiros.

Segundo Orlandi (2002), o SIL é uma instituição político-ideológica que se caracteriza por ideais políticos e religiosos. Aqui no Brasil, ainda segundo Orlandi, o SIL se pôs como intérprete do indígena perante o Estado. Para a referida autora, a questão





política deve ganhar destaque ao ponderar a atuação do SIL, visto que pode ser compreendido como uma instituição “político-ideológica encoberta”, ou seja, “uma entidade com finalidades evangelizadoras, que se apresenta como sociedade civil, de caráter assistencial e filantrópico; é um instrumento que oferece apoio à expansão do capitalismo em áreas ricas de recursos naturais” (ORLANDI, 1987, p. 13). Na análise realizada pela autora, depreendem-se três formas de apagamento do índio adotadas pelo SIL, a saber: a da ciência, a do indigenismo e a da catequese. Seriam, portanto, também missionários religiosos, interessados na domesticação de trabalhadores indígenas. Ao chegar ao ponto nodal da análise, Orlandi complementa:

O discurso filantrópico do SIL é o silenciamento do discurso político. Embora isso seja uma função comum do discurso religiosos em geral, agrava-se no SIL pelo jogo de suas representações em que o religioso, o político e o científico estão abertamente *confundidos* (ORLANDI, 1987, p. 19 – grifo da autora).

Além das reflexões apontadas por Orlandi, consideramos que a entrada e a permanência do SIL no Brasil modificou e/ou padronizou os estudos das línguas indígenas. Dizemos isso, pois a instituição trouxe um modelo próprio de análise e de descrição que já era realizado na Europa e nos Estados Unidos com línguas do modelo indo-europeu. Ao tratar das línguas indígenas, que são línguas com materialidades empíricas distintas, com memórias e historicidades outras das que as constituem (PAYER, 2007), não consideravam as diferenças em relação às línguas europeias. Retornou-se, portanto, a uma prática (considerando também os deslizamentos operados) que incluía as distintas línguas em um mesmo modelo padronizado⁴, apagando sua historicidade e sua relação estruturante do sujeito. Além da disciplinarização da língua indígena, D’Angelis (2008) aponta para outros aspectos da intervenção nociva do SIL, como, por exemplo, o tipo de educação bilíngue proposto, chamado “Bilinguismo de Transição”. Nesse programa, a língua indígena era tolerada no ensino escolar, mas visava-se a ampliação do ensino da língua majoritária.

O acordo entre o SIL e o Brasil (Estado e academia), no fim da década de 1970, marca outra fase no tratamento das línguas indígenas pelos brasileiros (SOUZA, 2010). Os estudos de línguas indígenas na pós-graduação passam a ser institucionalizados e outros rumos em descrição linguística foram se consolidando. Nesse período, polos de estudos da área surgem com mais autonomia: a Universidade Federal do Rio de Janeiro e o Museu Nacional, a Universidade de Brasília, a Universidade Estadual de

4 Essa questão é bem retratada por Souza e Ribeiro (2007), quando os autores apontam que “nos encontramos em um regime de trocas linguística baseadas em instrumentos midiáticos de gramatização em que já não importa precisamente a particularidade da língua que se fala, uma vez que todas, maiores ou menores, fazem passar seu funcionamento por meio de um mesmo sistema gramatical cuja única função é dar corpo a trocas econômicas” (p. 138).





Campinas. Não apenas instituições acadêmicas, mas modelos novos de análise foram contemplados por meio da diversidade teórica que se instaurou no país⁵.

O início do século XXI marca, de certo modo, uma ampliação na dinâmica das pesquisas sobre línguas indígenas e do tratamento dispensado a elas em relação à Língua Portuguesa. A cada ano mais polos são formados em todas as regiões do país; no entanto, somente doze instituições possuem grupos de pesquisa e/ou pesquisadores da área em seu quadro⁶ (SEKI, 1999). O processo de institucionalização de estudos torna as línguas indígenas “objeto de pesquisas”: até a grafia de seus nomes é normatizada segundo convenções científicas específicas, muitas das quais frutos da preocupação explícita de registrar as línguas indígenas antes de seu completo “desaparecimento” e, ainda, de preservá-las e de mantê-las vivas a qualquer custo. Observamos um amplo processo de descrição dos níveis linguísticos (a partir de diferentes vertentes teóricas, assim como o desenvolvimento de escrita para essas línguas). Lembremos que o advento da escrita e da produção de instrumentos linguísticos, conforme Auroux (1992), produz alguns efeitos nas línguas. Assim, para o autor, a gramatização das línguas também cumpre um papel de manutenção e de preservação.

[...] o aparecimento dos instrumentos linguísticos não deixa intactas as práticas linguísticas humanas. Com a gramatização – logo a escrita, depois a imprensa – e em grande parte graças a ela, constituíram-se espaços/tempos de comunicação, cujas dimensões e homogeneidade são sem medida comum com o que pode existir em uma sociedade oral, isto é, uma sociedade sem gramática. Isto não vale somente para as línguas europeias, mas também para todas as línguas do mundo em que os instrumentos gramaticais europeus serão impostos aos locutores indígenas [...] Assim como as estradas, os canais, as estradas–de–ferro e os campos de pouso modificaram nossas paisagens e nossos modos de transporte, a gramatização modificou profundamente a ecologia da comunicação e o estado do patrimônio linguístico da humanidade. [...] As línguas pouco e menos “instrumentalizadas” foram, por isso mesmo, mais expostas ao “linguicídio”, voluntário ou não. (AUROUX, 1992, p.70 – destaques do autor)

Como já apontamos acima, em relação às línguas indígenas, percebemos que o foco de sua gramatização recai sobre as análises descritivas operadas por linguistas de algumas universidades brasileiras (que buscam salvá-las do linguicídio) e pela produ-

5 Seki (2000) apresentou um levantamento parcial abrangendo artigos, comunicações em congressos, encontros, seminários, dissertações de mestrados e teses de doutorado realizadas entre a década de 60 e os meados de 90. Dessa análise, constataram-se cerca de 400 títulos na área, sendo 107 dissertações de mestrado e 44 teses de doutorado. Contemporaneamente, esse quadro seria outro.

6 Contamos, por exemplo, com o departamento de linguística da Universidade Estadual de Campinas, o Museu Nacional e a Universidade Federal do Rio de Janeiro, o Museu Paraense Emilio Goeldi, a Universidade de Brasília, a Universidade Federal de Goiás, a Universidade Federal do Pará, a Universidade Federal de Rondônia, a Universidade de São Paulo, a Universidade Federal de Pernambuco, a Universidade Federal de Santa Catarina, a Universidade Federal de Alagoas e a Universidade Estadual de Londrina.





ção de programas educacionais⁷ (tanto de escolas bilíngues indígenas⁸ quanto de formação de professores indígenas). Diferentemente de Auroux, consideramos que várias razões políticas suscitam novas demandas em relação à constituição das línguas e a suas formas de circulação na sociedade. Conseqüentemente, variados instrumentos de gramatização surgem, como materiais didáticos para o ensino bilíngue⁹, produções literárias, programas de escolas bilíngues indígenas, vestibular dos povos indígenas (por exemplo, processo seletivo para ingresso na Universidade Federal do Paraná), programas para formação de professores indígenas, entre outros.

Analisando o fio histórico aqui narrado, identificamos que a problemática com a relação ao tratamento das línguas indígenas está, em certa medida, atrelada à entrada tardia da Linguística no país. Entretanto, outros processos internos estacionam também essa questão, como, por exemplo, a falta de apoio do Estado, uma ideologia preconceituosa da inferioridade indígena, entre outros¹⁰. Além disso, não há uma linha condutora nos estudos atuais, e o que temos são polos que não se comunicam e que estudam grupos e línguas indígenas isoladamente.

Passamos, a seguir, ao modo de tratamento que o Estado vem dando ao estatuto de legalidade às línguas indígenas. Em relação à política linguística do Estado e aos vários movimentos reivindicatórios, destacamos, sobretudo, a implantação de leis de cooficialização de línguas indígenas em municípios brasileiros.

7 Ao comentálar sobre a educação indígena, Orlandi (1984) aponta para as diferenças entre o conceito de educação indígena – baseada na espontaneidade, no prazer de viver, na imitação do exemplo – e o conceito de educação dos não indígenas, sublinhando, nesse sentido, a função da escola. A autora assinala para um ponto relevante: ouve-se o indígena nesse processo? Sua posição segue a seguinte direção: Ouvir o índio não é reproduzir nele o que ele recebe como ideologia do dominador. [...] Acho que aí devemos assumir nossa posição crítica (se somos críticos), porque se trata de distinguir se estamos ouvindo o índio ou a voz do branco que fala nele. Carregamos nossas contradições na tensão do contato em que se instala a educação indígena. Por outro lado, não se trata, eu creio, considerando a diferença que existe entre sua forma de educação - múltipla e contínua - e a nossa – que visa homogeneidade e é entregue a especialistas –, não se trata de fazermos um arremedo da nossa para que seja ‘acessível’, como costumamos dizer” (ORLANDI, 1984, p. 25-26). Embora garantias tenham sido conquistadas na proposta educacional bilíngue indígena, durante as três últimas décadas, ainda não se ouve, efetivamente, a voz do indígena (Cf. D’ANGELIS, 2008). Ao debate, Oliveira (2015) acrescenta a questão da “enorme reprovação escolar dos indígenas superior à média nacional” (p. 25-26).

8 Para Souza e Ribeiro (2007), “pouco se sabe sobre o nível de bilinguismo das comunidades indígenas. Em Santa Catarina, onde existem por volta de 15 escolas bilíngues indígenas kaingang, não há um estudo abrangente sobre a situação sociolinguística dessas comunidades” (p. 128).

9 Monserrat (2001) ressalta que “o Estado brasileiro não tem realmente uma política linguística específica para as sociedades indígenas. Ele tem, sim, no nível do discurso, uma política de educação escolar indígena, qualificada como ‘bilíngue, intercultural, específica e diferenciada’ (adjetivação que provoca muitas dúvidas e desalento em grande parte dos envolvidos, especialmente os índios, por não se entender bem o que querem dizer, na prática, os adjetivos ‘bilíngue’, ‘intercultural’, ‘específico’ e, principalmente, ‘diferenciado’). É dentro desse contexto restrito que se tratará das línguas indígenas, como línguas a serem utilizadas basicamente na ‘alfabetização bilíngue’ e, sempre que possível, na elaboração de materiais ‘bilíngues’ a serem utilizados na escola” (MONSERRAT, 2001, p.137).

10 É possível depreender traços de memória que ecoam sentidos de extermínio, de não pertencimento do indígena no espaço nacional. Sobre esses e outros sentidos, consideramos pertinente a leitura de Borges (2009).



Legitimação de línguas indígenas: o exemplo de são gabriel da cachoeira

Segundo a Constituição Federal, o português é o idioma oficial do Brasil. Entretanto, a própria legislação brasileira e os demais documentos oficiais nacionais (Constituição Federal, LDB, Resolução 03 do CNE etc.) e internacional (Declaração Universal dos Direitos Linguísticos) reconhecem aos povos minoritários, em geral, e aos indígenas, em particular, o direito de uso de suas línguas próprias nos processos educacionais em todos os níveis escolares. Fora isso, como já apresentamos anteriormente, circulam no espaço de enunciação nacional outras línguas de ordem minoritária, ou menores, no que tange ao número de falantes. No que concerne às línguas indígenas, é necessário fazer uma análise das políticas a que elas são destinadas, inserindo nesse cenário os primeiros processos de cooficialização de línguas indígenas em determinados municípios no século XXI, assim como outras ações para salientá-las. Morello (2015b) acrescenta que a política de fomento da diversidade linguística foi implementada por ações como (a) a cooficialização de línguas nos municípios – “procedimentos jurídicos inovadores” (p. 81); e (b) o Inventário Nacional da Diversidade Linguística do Brasil¹¹ (INDL).

Esse processo também pode ser observado em outros países. Na América Latina, contemporaneamente, têm sido promulgadas leis que regulamentam o espaço linguístico (ARNOUX, 2011); em termos gerais, são leis que estabelecem políticas de Estado em relação às línguas. Para Souza e Ribeiro (2007), “tudo leva a crer que o que antes se excluía é reconhecido agora como pertinente no cenário da diversidade que compõe a população brasileira” (p.127). Como essa diversidade estaria sendo tratada na “cena plurilíngue” nacional? No que concerne aos municípios em que as línguas indígenas possuem, de certa forma, um traço majoritário, verificamos que várias leis de cooficialização dessas línguas já entraram em vigor e, em outros casos, há projetos de leis encaminhados às câmaras municipais. De 2002 a 2015, totalizam sete línguas indígenas cooficializadas em cinco municípios. Vejamos a tabela¹² a seguir:

11 O Inventário Nacional da Diversidade Linguística trata-se de um programa nacional de política linguística que visa ao reconhecimento das línguas indígenas (não apenas essas, mas todas consideradas minoritárias). Criado em 2010, a partir do Decreto de nº 7.387, seu objetivo principal é a instrumentação oficial de identificação, de documentação, de reconhecimento e de valorização das línguas faladas pelos diferentes grupos na sociedade brasileira. Esse documento foi assinado pelos Ministérios da Cultura, da Educação, do Planejamento e Gestão, da Justiça e da Ciência, Tecnologia e Inovação. Seu funcionamento se dá a partir da documentação das línguas no Brasil e de sua inclusão num sistema informatizado. Segundo dados do IPHAN, o próprio órgão já incluiu no Inventário três línguas: a língua Talian, a língua Asurini do Trocará e a língua Guarani Mbya. (Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/140>. Acesso em 14 de nov. de 2015).

12 Não pretendemos, com essa tabela, recobrir todas as leis em vigor ou projetos de lei que tramitam pelas câmaras legislativas municipais.



Lei	Disposição	Localidade
Lei nº. 145, de 11 de dezembro de 2002	Dispõe sobre a cooficialização das Línguas Nheengatu, Tukano e Baniwa, à Língua Portuguesa, no município de São Gabriel da Cachoeira/Estado do Amazonas.	Município de São Gabriel da Cachoeira/Estado do Amazonas
Lei nº 210, de 31 de outubro de 2006	Dispõe sobre a regularização da cooficialização das Línguas Nheengatu, Tukano e Baniwa, à Língua Portuguesa, no município de São Gabriel da Cachoeira/Estado do Amazonas	Município de São Gabriel da Cachoeira/Estado do Amazonas
Lei nº 848, de 24 de maio de 2010	Dispõe sobre a cooficialização da língua guarani no município de Tacuru/MS.	Município de Tacuru/Mato Grosso do Sul
Lei sancionada em agosto de 2012	Dispõe sobre cooficialização da Língua Akwê Xerente	Município de Tocantínia/Tocantins
Lei nº 211/2014, de 04 de dezembro de 2014	Dispõe a sobre cooficialização das Línguas Wapixana e Macuxi, no município de Bonfim/Estado de Roraima/Região Serra da Lua	Município de Bonfim/Roraima
Lei nº 281/2014, de 25 de março de 2015	Dispõe sobre a cooficialização das Línguas Wapixana e Macuxi, no município de Cantá e dá outras providências	Município de Cantá/Roraima
Projeto de lei (número não identificado)	Estabelece que o município de Paranhos passe a ter a língua Guarani como língua cooficial.	Município de Paranhos/ Mato Grosso do Sul

Tab.1: Cooficialização de línguas indígenas

E por que essas ações de cooficialização se deram em âmbito municipal? Nas palavras de Oliveira (2015):

O projeto de cooficialização iniciou pelo caso das línguas indígenas e pela opção pelo nível municipal, porque não há nenhuma língua indígena com número de falantes elevado, com ocupação territorial em área tal e com força política suficiente para garantir uma oficialização em nível federal [...]. Em nível municipal, entretanto, a realidade é





diferente: em muitos municípios do Brasil, provavelmente mais de 20, numa contagem preliminar, a população indígena é majoritária ou constitui uma parte significativa da população e conseqüentemente dos eleitores (OLIVEIRA, 2015, p. 27).

No município amazonense São Gabriel da Cachoeira, já vigora a lei que cooficializa as línguas Nheengatu, Tukano e Baniwa. Trata-se da lei 145/2002 (proposta pelo vereador indígena Camico Baniwa¹³), aprovada em 22 de novembro de 2002. A cooficialização e a regulamentação dessas línguas foram expressas, respectivamente, nas leis nº 145 de dezembro de 2002 e nº 210 de outubro de 2006, da Câmara dos Vereadores do Município de São Gabriel da Cachoeira. Tal lei ainda indica o estatuto de uso obrigatório no sistema educacional, na mídia e no atendimento ao público. Destacamos que esse município tem uma grande representatividade da/na cultura indígena como veremos adiante.

Localizado numa região conhecida como Alto Rio Negro, São Gabriel da Cachoeira é considerado o maior município do Brasil, segundo o Censo de 2010. O município também é conhecido como “Cabeça do Cachorro”, por seu território ter forma semelhante à da cabeça desse animal. De acordo com estimativas de 2014 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sua população é de 42.342 habitantes. Os Censos também mostraram que 80% dessas terras são consideradas indígenas e que quase 95% da população tem origem ou é declarada indígena.

Vale destacar que a Região do Alto Rio Negro é conhecida por ser a maior área plurilíngue do continente americano. Stenzel (2006) reconhece mais de 20 grupos étnicos distintos nessa região, falantes de línguas de cinco grupos diferentes – Tupi (Nheengatu), Tukano Oriental (Tukano, Tuyuka, Desana, Wanano, Piratapuya, etc.), Aruak (Baniwa, Kuripako, Tariano, Werekena) e Maku (Nadëb, Daw, Yuhup, Hupda), Yanomami –, além de duas línguas da família românica, o Português e o Espanhol.

Essa região também é conhecida pela peculiaridade em seus casamentos, cujas regras são baseadas na chamada exogamia linguística, questão segundo a qual o homem apenas pode casar-se com uma mulher falante de uma língua diferente da sua. Esse tipo de matrimônio implica a distribuição de indivíduos naturalmente bilíngues, uma vez que há potenciais falantes de várias línguas distintas.

13 De acordo com Morello (2015a), a proposta do vereador se baseou em “um projeto elaborado pelo Instituto de Investigação e Desenvolvimento de Políticas Linguísticas (IPOP), a pedido da Federação das organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN). O projeto teve como preocupação fundamental respeitar o artigo 13 da Constituição Federal, que determina o português como língua oficial da União” (p.14).





Sobre essas línguas, ressaltamos que cada uma delas é dominada por grande parte da população (independentemente de cada etnia utilizar outra língua), uma vez que são vinculadas a espaços enunciativos específicos na região. O **Tukano** é a língua veicular da bacia do Uaupés, incluindo os afluentes Tiquié, Papuri e Umari; o **Nheengatu** é a língua veicular do Rio Negro a jusante de Santa Izabel até Cucuí, na fronteira com a Venezuela, incluindo, ainda, o rio Xié até Anamoim, o baixo curso do Içana e o rio Cubate; o **Baniwa**, finalmente, domina o médio e o alto curso do rio Içana e o rio Aiari.

Morello (2015a) assinala alguns efeitos da cooficialização, quais sejam: criação da licenciatura em Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável, pela Universidade Federal do Amazonas, em parceria com povos indígenas da região, cuja produção acadêmica ocorre nas três línguas. Contudo, parece que, fora do espaço de enunciação educacional/acadêmica, o processo de cooficialização das línguas, em São Gabriel, não funciona ainda em outros espaços da sociedade. Segundo a lei assinada em 2002, o município deveria ter todas as sinalizações públicas (placas, informações básicas etc.) em todas as línguas oficiais, assim como funcionamento público e atendimento em todos os idiomas. E tais ações não são completamente realizadas na região. De acordo com reportagem da folha de São Paulo realizada em 2009¹⁴, mal há placas de sinalização em português¹⁵, e não há nenhuma em outras línguas; embora a lei previsse programas de rádio em todas as línguas oficiais, apenas duas são contempladas pela programação; e, além disso, a única funcionária da agência local de um banco federal que fala uma das línguas indígenas, o Nheengatu, atende apenas a clientes jurídicos. De forma a ilustrar a forma de circulação das três línguas indígenas, emprestamos à pesquisa de Silva (2013) algumas imagens de placas¹⁶:

14 Disponível em: <http://treinamento.folhasp.com.br/linguasdobrasil/saogabriel.html>. Acesso em 18 de nov. de 2015.

15 No recorte da reportagem “Nas ruas há poucas placas de sinalização, mesmo em português”, a marca mesmo nos remete à divisão política de dizeres, apontando para a predominância da língua portuguesa. Podemos considerá-la um vestígio da formação discursiva monolinguística de destaque à língua oficial da nação.

16 É interessante observar os enunciados das placas e o modo como as línguas indígenas são chamadas a compô-las. As placas funcionam como um suporte de saudação ao sujeito turista (nacional e/ou internacional), visto que há saudações em outras línguas (inglês e espanhol). As línguas indígenas parecem figurar, nas três primeiras placas, como um elemento exótico da região. A quarta placa parece prestar algum tipo serviço difusão de informação pública aos indígenas da região (se é que eles, realmente, não conheçam bem a região).





Entrada do Colégio São Gabriel



Fonte: Fabiana Sarges, 2012 (SILVA, 2013, p. 87)

Entrada da Maloca



Fonte: Fabiana Sarges, 2012 (SILVA, 2013, p. 88)

Área de pouso e decolagem do aeroporto



Fonte: Fabiana Sarges, 2012 (SILVA, 2013, p. 89)

Placa localizada próxima à praia



Fonte: Fabiana Sarges, 2012 (SILVA, 2013, p. 91)

Tal fato nos faz pensar em que tipo de ações é importante realizar para que o plurilinguismo funcione de fato e não apenas como uma forma de bricolagem. Acreditamos que a infraestrutura das cidades, na relação estabelecida entre urbanidade e a escrita, seja um primeiro aspecto a se pensar. Uma questão que parece ser importante para que todo esse panorama produza efeitos é o modo como a sociedade brasileira formula um imaginário dessas línguas em âmbito nacional.

A dinâmica de legitimação traz à tona diversas questões sobre a situação das línguas no país. De acordo com o “Atlas interativo” sobre as línguas em perigo de extinção elaborado pela UNESCO (2009), praticamente todas as línguas indígenas do Brasil encontram-se em situação vulnerável. Como já apontamos, compreendemos que cada língua indígena, além de apresentar materialidades linguísticas empiricamente distintas, também constitui e é constituída por diferentes memórias que evocam historicidades outras.





Mas falar de língua também é falar de sujeito. Compreendemos que não se trata apenas de desenvolver medidas que concentrem esforços na documentação da sistematicidade linguística (sem dúvida, uma importante e difícil realização), com foco na busca pela proteção de “línguas em perigo”¹⁷, mas de observar as relações discursivas que atuam nos processos de constituição do sujeito indígena e na produção de sentidos, as quais desencadeiam modos específicos de identificação desse sujeito para com a sua língua.

Sem finalizar a história, mas tecendo considerações

Percebemos que durante séculos se propôs e/ou se manteve uma política nacional que construiu desigualdades de condições de participação das línguas no espaço de enunciação nacional. Além disso, as pesquisas que circulam no espaço acadêmico, que deveriam servir de base para tais ações, não se comunicam, reproduzindo um conhecimento compartimentado das línguas, sempre apartadas de suas realidades sócio-históricas e ideológicas.

A política plurilinguística nacional, que tende, em vários pontos, à manutenção do monolinguismo, visto que não deixa de se apresentar como um “espetáculo paradoxalmente demolidor” (SOUZA e RIBEIRO, 2007, p.138), em que há um retorno invertido ao sujeito da língua minoritária, funcionando pelo apagamento de sua singularidade, também pode significar/ efeitos de visibilidade social das línguas e de seus sujeitos.

Olhar para o caso de São Gabriel da Cachoeira — a partir de uma intervenção analítica que promova uma leitura crítica —, talvez possa nos trazer algum alento, alguma margem de manobra para resistir à ideologia sufocante do monolinguismo. Consideramos que esse gesto de legalização e seus efeitos institucionais, mais do que procedimentos jurídicos inovadores, podem ser considerados um acontecimento discursivo — entendido como “um ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória” (PÊCHEUX, 2007, p.17) —, tendendo a promover rupturas e abrindo

17 Consideramos interessante pensar as fronteiras que configuram e reconfiguram os discursos sobre “salvação”, “revitalização” de línguas indígenas, amparadas por uma política linguística do Estado que tenta inculcar uma nova condição identitária do indígena — como, por exemplo, o uso da escrita fora do ambiente escolar. Seria o caso do “escritismo”, referido por Souza e Ribeiro (2007), entendido como uma “imposição da forma escrita da língua, em prejuízo da oralidade [...], [que] concorre, mais que para o fortalecimento constitutivo, para diluição da identidade dos povos indígenas” (p. 138). Os referidos autores afirmam que, “a partir dos discursos implicados aqui, observamos certo modo de questionar o privilégio do escritismo, não sob o viés da tradicional polaridade oral/escrito, mas sob a perspectiva da escrita como lugar único e a priori da possibilidade de uma língua qualquer. Tem-se aqui uma prática teórica que conduz à redução do outro — o falante da língua menor — ao um, o sujeito ideal, da língua maior” (p.133).





novas regiões de sentido. Trata-se, para o autor, da possibilidade de o acontecimento discursivo perturbar a memória, podendo dismantelar a regularização, ou melhor, “o acontecimento desloca e desregula os implícitos associados ao sistema de regularização anterior” (PÊCHEUX, 2007, p.52), podendo inaugurar-se uma nova série ou estabelecer-se a paráfrase mediante a integração do acontecimento.

Por fim, ponderamos que, após gesto institucional da cooficialização de línguas indígenas operado por esse município, que tem um forte apelo indígena devido ao quantitativo populacional, algum deslocamento parece ter sido operado. Outras cidades também já iniciam seus movimentos para legalizar e para legitimar línguas e grupos importantes para a construção de suas histórias. É necessário, contudo, romper com certa visão “salvatória”, problematizando a política de línguas a partir do político e do ideológico constitutivos da linguagem.

Referências

ARNOUX, Elvira Narvaja. Identidades nacionales y regionales: em torno a la legislación lingüística (Argentina, 2009; Paraguay, 2010). In: MENDES, Edleise (org.) *Diálogos interculturais: ensino e formação em português língua estrangeira*. Campinas, SP: Pontes, 2011, p.19–47.

AUROUX, Silvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1992.

BORGES, Águeda. A. C.; Índios Xavante X não—índios na cidade de Barra do Garças/MT: gestos de interpretação discursiva. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro; MITTMANN, Solange (Org.). *O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras*. São Carlos—SP: Claraluz Editora, 2009, p. 357–368.

D’ANGELIS, Wilmar da Rocha. Educação escolar e ameaças à sobrevivência das línguas indígenas no Brasil Meridional. *BRASA IX*. New Orleans/LO, p.27–29, 2008. Disponível em: http://www.brasa.org/wordpress/Documents/BRASA_IX/Wilmar-DAngelis.pdf. Acesso: 13 mar 2014.

DIAS, Luiz Francisco. *Os sentidos do idioma nacional: as bases enunciativas do nacionalismo linguístico no Brasil*. Campinas, SP: Pontes, 1996.





GUIMARÃES, Eduardo. Acontecimentos institucionais e estudos do português. In: __ *História da semântica: sujeito, sentido e gramática no Brasil*. Campinas, SP: Pontes, 2004, p.27–49.

LEITE, Yonne. F. Línguas Indígenas Brasileiras e a Esperança de um Futuro. In: IV Congresso de Letras da UERJ–SG, 2007, São Gonçalo. Anais do IV CLUERJ–SG. São Gonçalo: Botelho, 2007.

MARIANI, B. *Colonização linguística*. Campinas, Pontes. 2004.

MONSERRAT, Ruth. Política e planejamento linguístico nas sociedades indígenas do Brasil hoje: o espaço e o futuro das línguas modernas. In: VEIGA, Juracilda; SALANOVA, Andrés (Orgs.). *Questões de Educação Escolar Indígena: da formação do professor ao projeto de escola*. Brasília: Funai/Dedoc; ALB, 2001, p.127– 159.

MORELLO, Rosângela. Uma nova jurisprudência: a cooficialização das línguas nheengatu, tukano e baniwa. In: __. (Org.). *Leis e Línguas no Brasil: o processo de cooficialização e suas potencialidades*. Florianópolis: IPOL/Nova Letra, 2015a, p. 13–20.

_____. MORELLO, Rosângela. A política de cooficialização de línguas no Brasil. In: __. (Org.). *Leis e Línguas no Brasil: o processo de cooficialização e suas potencialidades*. Florianópolis: IPOL/Nova Letra, 2015b, p. 81– 91.

NEVES, Ivânia. A invenção do índio: ideologia e história. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro; MITTMANN, Solange (Org.). *O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras*. São Carlos–SP: Claraluz Editora, 2009, p. 341–351.

NUNES, José Horta. *A formação do leitor brasileiro: imaginário da leitura no Brasil colonial*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994.

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. A cooficialização em nível municipal no Brasil: direitos linguísticos, inclusão e cidadania. In: MORELLO, Rosângela. (Org.). *Leis e Línguas no Brasil: o processo de cooficialização e suas potencialidades*. Florianópolis: IPOL/Nova Letra, 2015, p. 23–31.

ORLANDI, Eni P. *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. A natureza e os dados (a constituição histórica de um modelo de pesquisa de campo). *Cadernos de Estudos Linguísticos*. Campinas, v. 27, p. 47– 57, 1994.

_____. Os falsos da forma. In: __ (Org.) *Palavra, fé, poder*. Campinas, SP: Pontes, 1987.





_____. Algumas considerações discursivas sobre a educação indígena. *Em aberto*. Brasília, n 21, p. 21–29, 1984.

PAYER, M. O. Processos de Identificação sujeito/língua. Ensino, língua nacional e língua materna. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Política linguística no Brasil*. Campinas: Pontes, 2007, p. 113–123.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, P.; et al. (org.). *Papel da memória*. 2 ed. Campinas, SP: Pontes, 2007, p.49–57.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas. D.E.L.T.A. São Paulo, 1993, v. 9, n. 1, p.83–103.

_____; CABRAL, Ana Suely A. C. (org.) Apresentação. In: __ *Novos estudos sobre línguas indígenas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005, p. 7–8.

SEKI, Lucy. Línguas indígenas do Brasil no limiar do século XXI. *Impulso* (Piracicaba), Piracicaba, v. 12, n.27, p. 157–170, 2000.

_____. A linguística indígena no Brasil. D.E.L.T.A., vol. 15, n.º especial, 1999, p. 257–290.

Silva, Fabiana Sarges da. *A lei de cooficialização das línguas Tukano, Nheengatu e Baniwa em São Gabriel da Cachoeira–Am: questões sobre política linguística em contexto multilíngue*. 193f. Dissertação (Mestrado em Letras). Manaus, Universidade Federal do Amazonas, 2013.

SOUZA, Pedro; RIBEIRO, Jaçanã. Oralidade e escritismo: políticas de inclusão. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Política linguística no Brasil*. Campinas: Pontes, 2007, p. 30–42.

SOUZA, Tania. C. C. O estudo das línguas indígenas e o Setor de Linguística do Museu Nacional – 1956–1960. In: Bethania Mariani e Vanise Medeiros. (Org.). *Ideias linguísticas: formulação e circulação no período JK*. Campinas: RG Editora, 2010, p. 123–132.

STENZEL, Kristine 2006. *Lenguas y tradiciones orales en la Amazonía brasileña*. In: _ Frédéric Vacheron; Gilda Betnacourt (orgs.). *Lenguas y tradiciones orales de la Amazonía ¿Diversidad en peligro?*. La Habana, Cuba: Fondo 13. Editorial de Casa de las Américas/UNESCO, 2006, p. 69–121.

UNESCO. UNESCO Interactive Atlas of the World’s Language in Danger. 2009. Disponível em: <<http://www.unesco.org/culture/indangermentlanguages/atlas>> Acesso em: 05 de setembro de 2014.

